

ENTRE PRESCRIÇÕES E SINGULARIZAÇÕES:

O TRABALHO EM VIAS DA CRIAÇÃO

*Tânia Mara Galli da Fonseca**

*Maria Elizabeth Barros de Barros***

RESUMO

O presente texto enfoca a necessidade de tornar visíveis as múltiplas atividades industriais atualizadas por parte dos trabalhadores em ambiente laboral regulado e ordenado, considerando as dramáticas dos usos de si como formuladoras de possíveis criações. Problematiza a incessante tensão entre instituído e instituinte como paradoxo constituinte das relações de trabalho. Aborda o que se passa nos processos de trabalho apoiando-se em alguns conceitos da abordagem ergológica e da obra de M. Foucault. Formula uma visão sobre os mundos do trabalho hoje que nos permite pensá-lo como luta cotidiana por modos de viver que afirmem a vida como tendência criadora.

Palavras-chave: trabalho; prescrição; subjetivação; criação.

BETWEEN PRESCRIPTIONS AND SINGULARIZATIONS:

WORK IN WAYS OF CREATION

ABSTRACT

The present text focuses on the need of making visible the multiple industrious activities actualized by workers in a ruled and ordered labor environment, considering the “dramas of self usage” as formulators of possible creations. It questions the unceasing tension between instituted and instituting as the constitutive paradox of labor relations. It discusses what is happening in labor

*Psicóloga. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e de Informática na Educação. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Ramiro Barcelos, 2600 - Sala 13 - Santana. CEP: 90035-003 - Porto Alegre, RS - Brasil.

E-mail: tfonseca@via-rs.net

**Psicóloga. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós doutorado em saúde pública pela ENSP/Fiocruz. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo, consultora da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Professora Doutora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia. Av. Fernando Ferrari, s/n - Goiabeiras. CEP: 29060900 - Vitória, ES - Brasil

E-mail: betebarros@uol.com.br

processes relying on some Ergology's concepts and on the work of Michel Foucault. It formulates a view on labor worlds nowadays, what allows us to think of them as daily struggle for ways of living that affirms life as a creator trend.

Keywords: work; prescription; subjetivation; creation.

A atividade industriosa é sempre um destino a viver (SCHWARTZ, 2000).

Para os estudiosos do campo do trabalho, não se trata de novidade considerar que o trabalho se encontra em permanente tensão. A partir da literatura disponível (MARX, 1971; MUNIZ; VIDAL; VIEIRA, 2004; SCHWARTZ, 1992, 1998, 2000, 2003) e nos referindo a trabalhos nossos mais recentes (BARROS; FONSECA, 2004; FONSECA; ENGELMAN; GIACOMEL, 2004), podemos visibilizar as sucessivas “ondas” de prescrições que, ao serem adotadas pela gestão empresarial, passam a funcionar como verdadeiros modelos dos modos de trabalhar. Tais prescrições, relativas às formas de organizar e controlar o processo de trabalho, adquirem estatuto e força de prática modelizadora, incidindo nos corpos dos trabalhadores lá mesmo onde se alojam seus “afectos”, suas emoções e toda a sua história.

Nesse enfoque, é expectativa dos administradores o comando total da cena laboral, na qual os trabalhadores exerceriam meros papéis de representantes de uma vontade que lhes é exterior (... retirado e trocado de lugar) A “maquinica” do trabalho busca engolir os corpos e anular suas diferenças, tentando transmutá-los assim em massas informes, sem rosto e sem nome; apenas força de trabalho a ser dirigida por uma vontade exterior, alienante e arbitrária, mas que se insinua como sendo própria daquele a quem invade e captura, o que não significa, no ponto de vista adotado neste texto, que esse processo se desenrole sem lutas. Acreditamos em uma interferência criadora dos humanos permanentemente presente no universo do trabalho. No curso das atividades, não há passividade; há microdecisões e mudanças, mesmo em pequenas escalas.

Apesar de não nos determos, neste momento, no exame dos diversos paradigmas do trabalho, a saber, o taylorismo, o fordismo e o pós-fordismo, julgamos interessante apontar que mesmo os atuais “modelos participativos” não ultrapassam a condição de capturantes e operam tão somente como dispositivos de um regime de subjetivação que gostaríamos de chamar de “liberação vigiada”, uma vez que ao trabalhador são oferecidas oportunidades restritas e controladas de opinar e atuar diretamente no processo de trabalho. Assim, somos forçadas a reconhecer que, no curso da história das relações capital x trabalho, chega a ser surpreendente a regular efetivação de práticas que buscam subjugar a vida entranhada nos processos de trabalho, o que, certamente, não se efetua completamente. Assombra-nos diante da insistência de um pensamento que se volta contra a própria vida e a quer subjugar a uma suposta realidade ideal. Perguntamos, então, juntamente com Fuganti (1990, p. 30): “por que a vontade de um corpo pode querer ligar-se ou dirigir-se rumo a um outro mundo pretensamente mais real e mais verdadeiro do que

o próprio corpo da vida ou a vontade da terra?”. Como deixar de nos surpreender, se concebemos que “uma vida está em toda a parte, em todos os momentos que este ou aquele sujeito vivo atravessa”? (DELEUZE, 2002, p. 14).

Os modos de trabalhar capitalísticos¹ têm sido, pois, abordados e inscritos em paradigmas que explicitam princípios regulados e reguladores de práticas sociais. Somos levadas a reconhecer que, em sua maioria, tais princípios confluem para o controle das forças vivas que se aninham nas entranhas das ações e dos atos de trabalho. A administração das organizações encontra-se suficientemente animada e necessitada de instrumentos que lhe permitam exercer um permanente controle sobre a vida incessantemente pulsante dos corpos. Entendemos, assim, que o taylorismo, o fordismo e o pós-fordismo emergem como grelhas de biopoder,² como astúcias do poder descendente sobre outros demais poderes, os quais – plurais e difusos – explodem em todas as direções. Trata-se de modelos técnico-científicos que se efetuam e atualizam em dadas e particulares condições espaço-temporais, permitindo-nos reconhecer, em sua própria carne, tanto as conflitivas entre capital x trabalho, que então se fazem presentes, quanto as correspondentes possibilidades para a sua resolução. A cada tempo, um certo regime de poder se instaura e produz efeitos, contudo, para muito além da esfera dos ambientes de trabalho, e apresenta-se, antes, e, sobretudo, como um modo de subjetivação cuja extensão não se atém exclusivamente ao âmbito das organizações de trabalho. Família, escola, empresas, fábricas encontram-se imersas no plano das forças de tais modelos que, regulando e sendo regulados pelas práticas de seus agentes, revelam-se como espaços de subjetivação vetorizados, reduzidos aos estreitos limites de uma “racionalidade técnica e instrumental”. Tenta-se orquestrar, em seu conjunto, as vozes para a “fabricação” de sujeitos como terminais de consumo do modelo subjetivo necessário.

TRABALHAR, ADMINISTRAR, SUBJETIVAR

Se, de um lado, concedemos a cada época histórica um específico modo de subjetivação³ e se o reconhecemos como produção emergente de suas problemáticas sociais, econômicas e políticas, gostaríamos de apontar que o modo de subjetivação dominante deve ser concebido como uma resolução parcial ao problemático do qual emerge, não sendo extraído *ex-nihil*. Ele carrega, inevitavelmente, aquelas condições das quais é um dos efeitos e traduz-se como um acontecimento, cuja face atual e presente se encarna e se efetua num estado de coisas, uma espécie de tempo presente definitivo. Mas, com Michel Foucault (1988, p. 154), nos permitimos saber:

[...] que há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo o presente porque é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular [...]; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar a contra-efetuação.

É a partir dessa concepção foucaultiana que buscaremos dar ao nosso atual estado de coisas a chance de não se deixar confundir com sua efetuação e a nós a chance de irmos mais longe do que teríamos acreditado poder. É nossa intenção situar nossas problematizações em uma abordagem multitemporal, uma vez que temos em mente fazer circular a crença na possibilidade de outros espaços, constituídos como espécies de contralugares e mesmo não lugares. Precisamos albergar a esperança de nossas almas para além das efetuações – passadas e presentes – do que temos experimentado. Precisamos de lugares nos quais algo do sonho se revele como possível; uma espécie de utopia do espelho, no qual:

[...] vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente. [...] o espelho é uma heterotopia, pois existe na realidade e exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo. (FOUCAULT, 1967, p. 12)

Assim, importa que explicitemos, uma vez mais, que o foco de nosso olhar opera uma torção nos modos tradicionais de análise dos processos de trabalho, não recaindo sobre o trabalhador e o administrador-gerente tomados de forma individualizada. Interessa-nos os processos de gestão do trabalho como dispositivos de subjetivação, produzidos no seio de contextos sócio-históricos e políticos específicos dos quais se fazem dobragens e efeitos. Aceitamos que tais processos podem nos lançar “acima dos fatos” para nos fazer indagar sobre o que os faz serem o que são, sobre os agenciamentos de enunciação⁴ dos quais eles são os enunciados, sobre o magma da vida e de significação do qual eles surgem. Não se trata de ir em busca de origens, mas de remetê-los aos acontecimentos de sua gênese e posterior evolução.

Trabalhar, administrar e subjetivar referem-se a práticas sociais que podem ser olhadas como vestígios de uma herança que “ não é uma aquisição, um bem que se acumula e solidifica: é antes um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável, e do interior ou debaixo, ameaçam o frágil herdeiro” (VEYNE, 1988, p. 21). Nelas se acumula uma memória social e coletiva que as inscreve no tempo da duração, não entendido como um instante que substitui outro instante, mas como “ progresso contínuo do passado que rói o futuro e incha avançando” (VEYNE, 1988, p. 44). Nessa perspectiva, o passado – que incessantemente cresce – também se conserva indefinidamente. Acompanha-nos por inteiro a cada instante e acomoda-se como um revestimento colado como um avesso do nosso corpo, que olha tanto para o seu dentro como para o fora, fronteira sensível em constante atividade para resolver-se em relação aos sucessivos estados de forças em correlação que lhes são imanentes. Referimo-nos a um plano de composição – impessoal e pré-individual⁵ – do qual não basta conhecer-lhe as proveniências herdadas das vivências, enfim, daquilo que fomos

e que está sempre ali, inclinado sobre o presente que se lhe vai juntar. É preciso que consideremos também o afrontamento de suas marcas, seu estado de luta no jogo casual das dominações de uma sobre as outras.

De outro lado, urge reconhecermos a contínua erosão das formas sociais, que se efetuam por práticas microbianas de resistência e criação engendradas no embate das forças correlacionadas. Interessa-nos a processualidade complexa, que nos introduz em um labirinto do tempo, de muitas entradas, muitos feixes e bifurcações, no qual somos impulsionados por um modo rizomático de expansão e conexão regido pela lógica da paradoxalidade.

Esse modo de problematizar, faz-nos ver que “o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática se explica a partir do feito” (VEYNE, 1988, p. 257). Dessa maneira, entendemos que, em uma certa época, “o conjunto de práticas engendra um rosto histórico singular [...]; mas em outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente” (VEYNE, 1988, p. 268-269).

As práticas não são, portanto, o estado das coisas, mas estão nas coisas, apresentam-se sempre sob amplos drapeados e neles se ocultam como parte imersa do iceberg, situando-se abaixo da linha de visibilidade. Pesquisá-las implica despreendê-las das formas, dos estados e dos objetos que constituem, conferir-lhes existência a partir daquilo que está feito e que dobra em si o que foi seu próprio fazer-se. Neste ponto, incide e ativa-se o olhar observador, para, em uma operação de desdobragem, rachadura ou estiramento, dar a ver naquele organismo – então estirado e exposto – as multiplicidades que lhes são imanentes e que se encontram ali, tecidas como uma trama tão bem urdida a ponto de ser confundida como uma espécie de estrutura natural. O que importa, em nossa abordagem, é evidenciar que extrair o fazer do feito, a evolução do evoluído, as virtualidades do atualizado,⁶ requer operações que não se assentam tão somente em modos racionais. A razão fala sobre o que ignora, sobre objetivações que desconhece e atua sobre a forma desde o seu exterior, tomando-a como um conjunto de relações entre os elementos da matéria bruta.

A torção a que nos referimos inclui ainda a escolha do *locus* de nossa escolha, o qual recai no ponto de encontro entre modos de trabalhar, de gerir e subjetivar, colocados em relação de intercessão, de interferência recíprocas. Interessa-nos o cruzamento, a hibridização, os contágios entre essas ações para que possamos, a partir daí, registrar perturbações efetuadas umas sobre as outras. Estamos cientes de que, nesse modo de conhecer a realidade, experimentamos um processo de permanente caotização que, em sua afirmação criativa e inventiva, transforma cada um dos termos colocados em relação. Somos levadas a afirmar que as relações entre trabalho/sujeitos/gestão se desdobram em um plano de multiplicidades que ultrapassa os intentos da lógica adaptacionista, uma vez que

operam por procedimentos de encontro e produção de ressonâncias, atuando no “entre” das diversas ações, provocando, num jogo de intermináveis interferências mútuas, transmutações em todos os termos, no campo e nos sujeitos das ações.

DE QUE TRABALHO FALAMOS? TRABALHO COMO USOS DE SI

Aqui nos parece que a Ergologia é um importante intercessor, uma vez que nos ajuda a produzir a torção que anunciamos: analisar o cruzamento, a hibridização, os contágios entre modos de trabalhar, gerir e subjetivar. Reafirmamos que o *locus* de nossas escolhas para a análise dos processos de trabalho recaem no ponto de encontro dessas ações. Interessa-nos seguir os “fios” dos processos de trabalho atualizados e os “usos de si por si e pelos outros” (SCHWARTZ, 1998) colocados em ato nos ambientes de trabalho.

Seguindo Canguilhem em suas formulações, Schwartz (1995, p. 109) afirma que “essa enigmática continuidade do vivente ao humano industrial como fabricação de micro-descontinuidades, de irreversibilidades” é o que denomina de “recentramento” parcial em torno de entidades humanas que estão mais ou menos claramente circunscritas. Somos aqui levadas a perguntar, com Schwartz (1992, p. 109): “não seria exatamente esse ‘fato biológico’, esse incessante debate do vivente com seu meio a própria ‘condição de possibilidade de toda história’?”

No curso dos processos de trabalho os “viventes humanos industriais” (SCHWARTZ, 1995) travam uma luta cotidiana por modos de viver que afirmem a vida como tendência criadora. Luta que (re)existe às tentativas de transformar os trabalhadores em representantes de uma vontade que lhes é exterior. Luta que (re)existe a uma lógica gestinária – arborescente e hierarquizante – que busca, embora lhe seja impossível conseguir, uma forma absoluta e totalizante de percorrer todo o processo. Instala-se, ao final, nos agentes, que operariam guiados pelos princípios de uma hierarquia descendente, cujo poder se encontra em um ponto central e que se exerce de modo a totalizar sua operação, criando a esperada unificação de todos em um só corpo, guiados por uma única “cabeça”.

Os movimentos de (re)existência que os trabalhadores acionam nos ambientes de trabalho não são, muitas vezes, suficientes para sustentar essa ontologia criacionista, esse projeto dos vivos. Portanto, podemos estar cegos, surdos, insensíveis a essa luta em curso. Percebê-las é, em algumas circunstâncias, difícil, porque elas podem se dar de forma camuflada. Esse modo de problematizar as situações de trabalho faz-nos colocar como projeto de nossas ações nesse âmbito, o acompanhar desses movimentos que vão se desenhando nos ambientes de trabalho, instituindo contornos, recortando, isolando e elegendo o que reproduzir e, então, “detectar” essas lutas, dar-lhes visibilidade.

A Ergologia é, nessa direção, um potente intercessor que, ao se apropriar de conceitos de diferentes disciplinas, aponta as (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho, para esse fazer industrial que é o fazer humano. Citando Schwartz (2002, p. 135, grifo do autor), temos que “o que importa à Ergologia no campo das atividades humanas são sempre, *num certo grau*, histó-

ria”. O trabalho é um lugar de problematizações, ou seja, um lugar que convoca os sujeitos a fazerem escolhas no sentido de se dar novas normas, tornando a vida possível de ser vivida no meio de trabalho.

Na perspectiva de Canguilhem (1990), o que caracteriza o vivo é, exatamente, essa capacidade de ser normativo, ou seja, essa possibilidade que a vida encontra de instituir normas em condições diferentes do meio, o que significa poder acompanhar as transformações que a vida está sempre a produzir. Entendemos, assim, que o meio social humano caracteriza-se pela “fragilidade”, é um mundo em que os acidentes ocorrem, desafiando a capacidade humana de intervir, de propor soluções para os problemas apresentados. Nesse regime de funcionamento, o meio não impõe soluções determinadas, apenas solicita uma ação que pode adquirir nuances variadas a partir da experiência de cada sujeito para a resolução de um mesmo problema. Essa capacidade avaliativa se expressa na medida em que os trabalhadores estão constantemente repensando e construindo formas de tornar suas tarefas menos maçantes. O trabalho solicita arbitragens, engajamentos, escolhas, reajustamentos para os imprevistos que a tarefa exige. Nisso reside a infidelidade do meio, pois os acontecimentos são as transformações processando a história no mundo.

A imprevisibilidade do real e a variabilidade das situações de trabalho com que os/as trabalhadores se deparam a cada dia envolvem diferentes processos decisórios que apontam a gestão micropolítica durante o exercício da atividade. Desse modo, entendemos que, embora sob condições muito adversas, quando a máquina do trabalho busca engolir os atos criadores dos viventes humanos, os ambientes de trabalho também se constituem num “espaço de possíveis”; espaços em que os sujeitos se manifestam no ato de trabalho, por meio da “atividade industrial” (SCHWARTZ, 2000), pela diversidade de “usos de si” que sinalizam para a movimentação do viver. Como nos diz Wisner (1994, p. 19), “uma das características mais notáveis dos seres vivos é a diversidade de suas reações numa dada situação”, quando se vai “descortinando” uma gama de práticas inventivas para dar conta de uma multiplicidade de variáveis presentes no cotidiano de trabalho.

Assim, somos levadas a afirmar que trabalhar inclui, necessariamente, a possibilidade de introduzir modificações na realização da tarefa, múltiplas formas de criação e de iniciativas que os seres empreendem, o que diferencia o trabalho prescrito, entendido como espaço da vida em que homens e mulheres vivenciam escolhas entre as formas cristalizadas de trabalho historicamente construídas, do trabalho real, que é o trabalho concreto que apresenta variações imprevistas à execução de sua tarefa (SANTOS, 2000).

Desse modo, o trabalho é concebido como campo de normas instituídas e instituintes. É, também, um campo de valores devido às escolhas e ao engajamento dos/as trabalhadores/as na gestão singular do trabalho.

A atividade em situação de trabalho está em constante movimento, que não se prende a rotinas nas quais a cada dia “coisas novas” se presentificam, gerando nos sujeitos a realização e o prazer, inclusive experienciado no corpo, quando este sinaliza a ausência do cansaço (MASCARELLO; BARROS, 2007).

Aqui se opera com a concepção do trabalho como “usos”, na medida em que a relação humano/trabalho é sempre um “encontro histórico”, em que os saberes científicos consolidados nos modos de organizar e os saberes da prática, ou seja, essa construção industriosa (SCHWARTZ, 1995), se confrontam, permitindo o caminhar da história humana. Nesse “encontro” (SCHWARTZ, 2000), no qual há sempre um destino a ser vivido, há uma “dramática” em que os sujeitos têm que fazer escolhas, arbitrar entre valores diferentes, muitas vezes contraditórios, uma situação em que cada um deve gerir sua atividade de um modo ou de outro. Isso quer dizer que não existe situação de trabalho que não convoque “dramáticas do uso de si”, quando “[...] cada um avalia a trajetória e o produto, ao mesmo tempo individual e social, do que é levado a fazer” (SCHWARTZ, 1998, p. 107).

QUANDO A DESOBEDIÊNCIA É “SAUDÁVEL”

É a partir dessa concepção que consideramos que o vital do humano não se resigna às condições dadas de trabalho e, portanto, o fazer diferente assume importância capital. Essa é a “dramática”, o “destino a ser vivido” pelos trabalhadores em cuja atividade se cruzam o “o uso de si por si e pelos outros”. Trata-se das escolhas que os humanos têm que fazer para fazer valer suas próprias normas de vida, produzindo formas de “des-anonimar” o meio.

Aqui nos recordamos de Foucault (1988), quando nos fala que os sujeitos se constituem numa negociação permanente com um código moral definido por um conjunto de “aparelhos prescritivos”, como a família, a igreja, mas, também, as instituições educativas, as organizações empresariais. Essa máquina prescritiva se constitui, ao mesmo tempo, como um conjunto de valores prescritos e regras propostas como ação para os indivíduos e grupos. Falamos da forma como cada indivíduo vive esse código, ou seja, o seu comportamento real em relação a essas regras, a maneira como os indivíduos se submetem mais ou menos completamente a esses princípios de conduta, obedecendo ou resistindo a uma interdição ou prescrição.

Essa forma de análise faz-nos afirmar que as regras não estão apenas explicitadas e formuladas em doutrinas coerentes ou em ensinamentos explícitos, mas são transmitidas, ainda, “ de maneira difusa e se constituem num jogo complexo de elementos que se corrigem, se compensam, se anulam em alguns pontos, permitindo compromissos ou/e escapatórias” (FOUCAULT, 1988, p. 18).

Entendemos, assim, que a maneira pela qual é necessário conduzir-se, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito no trabalho tem como referência de ação os elementos prescritivos que constituem o código. No entanto, em frente a um código, existem diferentes maneiras de se conduzir, diferentes maneiras para o indivíduo que age como sujeito moral dessa ação. Estamos falando de modos de sujeição aos códigos prescritivos, a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática. Trata-se, na direção foucaultiana, de um trabalho ético sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme uma regra dada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta (FOUCAULT, 1988).

Esse modo de abordar os processos de constituição dos sujeitos de ações, por meio de “práticas de si”, é que vai constituir modos de subjetivação e formas de subjetividade. Assim, para entendermos as diferentes formas de uso que os trabalhadores colocam em funcionamento, é preciso considerar a indissociabilidade destes dois aspectos: os códigos de comportamento prescritos e as formas de subjetivação em curso nos diferentes ambientes de trabalho.

Os sujeitos não se restringem à pura execução das tarefas prescritas pela organização do trabalho e, portanto, os processos de trabalho engendram incessantemente determinadas formas de subjetividade, tentativas de fazer-se sujeito de suas ações de modo a colocar em funcionamento o prescrito do trabalho. Que práticas os trabalhadores produzem nas situações de trabalho? Como, por meio dessas práticas, os trabalhadores “des-anonimam” o meio laboral?

Schwartz (2003, p. 13) nomeou como dramáticas de si essas “ escolhas que são feitas, quase de forma inconsciente [uma vez que não somos obrigados a nos perguntar sem cessar] o que estou fazendo, como escolho, etc. ou a tentar decompor, desdobrar essas múltiplas arbitragens, que se situam no corpo, entendido não como o que se opõe à alma, mas como um corpo atravessado pela inteligência e também por automatismos que podem vir à consciência ”. Schwartz (2003) considera que esses processos são sempre atravessados por uma inteligência que marca essas escolhas diante da atividade. Uma inteligência do corpo que atravessa os músculos, os líquidos, os nervos, a postura, o imaginário, mas não se restringe apenas ao biológico nem apenas ao cultural, antes perpassa todos esses circuitos. “É história, mas da história que funciona nas alquimias que vão além de nós: e que vão além tanto de quem lhe mostra o espelho quanto de quem está diante dele” (SCHWARTZ, 2003, p. 16). Um corpo que escapa às cristalizações e que remete à história, à experiência, às paixões e aos desejos dos sujeitos que trabalham para dar continuidade ao movimento da vida.

A atividade está sempre a exigir uma reavaliação do meio e das normas de trabalho. O que explica essas reinvenções e sua dinamicidade é a possibilidade do retrabalho, do renormalizar os protocolos que se antecipam às situações reais de trabalho. A renormalização fala de uma necessidade do vivo de redefinir seu meio e instituir para si normas diferenciadas de vida e saúde. “Os atos de trabalho não encontram o trabalhador como uma massa mole onde se inscreveria passivamente a memória dos atos a reproduzir” (SCHWARTZ, 2000, p. 41). O vivente humano industrial fabrica microdescontinuidades, irreversibilidades, “recentramentos”, e é esse incessante debate do vivente com seu meio que é “ condição de possibilidade de toda história” (SCHWARTZ, 1995, p. 109).

Essas arbitragens entre os procedimentos e os imprevistos resistem, portanto, às objetivações e delimitações protocolares. São condutas propositivas em relação ao meio de trabalho e se referem a uma mobilização subjetiva criadora e inventiva em uma situação real de trabalho. Essa inteligência inscrita no corpo e no pensamento se engaja nessa relação com o trabalho, com o objetivo de anteciper-se às situações imprevisíveis, móveis e cambiantes.

Nessa perspectiva, os/as trabalhadores/as não são considerados meros executores de tarefas preconcebidas pela hierarquia, nem vítimas de um processo de subordinação. Eles participam ativamente do processo de trabalho instituindo escolhas e modos de fazer que se diferenciam das normas prescritas.

O TRABALHO COMO LUGAR DE ENCONTRO

Portanto, sempre haverá no trabalho uma “espécie de destino a viver” (SCHWARTZ, 2003, p. 4) uma vez que é preciso fazer escolhas em função de valores. Por outro lado, já que é preciso “suprir os ‘vazios de normas’, as deficiências de orientação, de conselhos, de experiências adquiridas, registradas e nos procedimentos” (SCHWARTZ, 2003, p. 6), essas escolhas implicam risco que nos coloca na ilegalidade em relação às prescrições.

Mas o segredo “do uso de si por si” pode produzir efeitos desvantajosos para os sujeitos, na medida em que as “dramáticas” os colocam na solidão e tendo que se confrontar com os colegas de trabalho. Desse modo, essas microdecisões impõem responsabilidades aos que trabalham, responsabilidade pelos riscos que esses macetes podem causar ao processo de trabalho. Os usos de si por si são como atos técnicos que precisam ser publicizados para que haja o reconhecimento das habilidades dos sujeitos, seus modos inventivos de agir. Entretanto, dar visibilidade a um ato ilegal pressupõe uma voluntariedade, de um lado, e a confiança nos pares, de outro.

Como nos disse Marx (2002, p. 375), “o trabalhador coletivo tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certo limite, o dom da ubiqüidade [e, ao cooperar com outros] de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”. Um trabalho inventivo se realiza, portanto, na medida em que é comum, ou seja, produzido em redes de cooperação.

As relações de confiança que regem os trabalhadores são guiadas por valores éticos e crenças que são fundamentais para a coordenação das atividades e dos fazeres que contribuem para melhorar as regras prescritas da organização do trabalho. A arbitragem coordenada é uma atividade normativa, na medida em que são construídas as normas de trabalho nas quais todos estão engajados. A gestão cotidiana da distância entre a organização prescrita do trabalho e o que se efetiva no cotidiano laboral exige modos operatórios e arbitragens repetidas.

O que buscamos afirmar neste texto é, portanto, que não cabem, ao analisar o trabalho, posturas de ressentimento ou de queixa, movimentos que parecem almejar uma forma original/ideal de funcionamento dos ambientes de trabalho. É preciso interrogar e dar visibilidade a essa luta, muitas vezes, surda que os trabalhadores travam nos cotidianos dos processos de trabalho. É preciso partir de análises das situações de trabalho não para buscar uma forma ideal de trabalhar, mas para analisar os processos que estão em curso e construir, coletivamente, outras/novas formas de organização do trabalho.

Por outro lado, se quisermos compreender os processos de trabalhar, precisamos ir além e aquém de um eu considerado subjetivo, psicologizado, a dimensão é outra, é micropolítica,⁷ pois a lupa precisa estar dirigida para o processo. É devir que se constitui nas entrelinhas, por tudo o que atravessa e vai compondo essa história. Lidamos com algo instável e que parece tão sólido, mas, é só nessa instabilidade que as mudanças podem se fazer. Dessa forma, é necessário definir mais detalhadamente os mecanismos envolvidos nessas operações cotidianas atualizadas pelos trabalhadores, descrever os modos de vida, as práticas que incidem na sua composição, os valores que estão implicados, ou seja, “destrinchar essas misturas que somos nós” (informação verbal).⁸

E isso só se faz operando entre o plano molar (códigos, prescrições, saberes, formas constituídas) e o plano molecular (experiências, forças, potência, o que nos move nos encontros). Entre esses planos, vemos surgir trabalhadores, prescrições, normas, leis. Como vamos nos situar nesses planos? Que encontros nos dispomos a fazer no âmbito da psicologia do trabalho? O caminho, certamente, não é o do sossego, mas o da vontade que nos arranca da placidez e nos atira nas trilhas do desassossego.

Cartografar as experiências dos trabalhadores nas suas atividades, ou seja, os efeitos de subjetivação que vêm sendo produzidos nessas relações, não é fácil e é preciso inventar como fazer. Aprender e analisar o movimento que ganha corpo e transforma cada um e todos os trabalhadores não tem fórmula, e nossa proposta é buscar e reunir conceitos e abordagens para iluminar os modos de existência dos humanos em atividade de trabalho.

Não existe uma forma de trabalhar que supostamente existe antes de se constituir. Não existe um estado original, mais ou menos puro, de uma forma de trabalho que deve ser recuperado. Não se trata de buscar a existência de um homem original, de uma sociedade originária, uma forma de trabalhar original/ideal. Essas são concepções que pertencem ao universo mítico do pensamento. Na vida não há começos absolutos, nem práticas instituintes quando se desconsidera a experiência dos viventes humanos e sua capacidade de construir história como ato de inovação. Não há pontos de partida e de chegada. Há, principalmente, processos.

NOTAS

¹ O termo capitalístico foi forjado por Félix Guattari (1987) nos anos 1970, para designar um modo de subjetivação que não se acha apenas ligado às sociedades ditas capitalistas, mas que caracteriza também as sociedades, até aquele momento ditas socialistas, bem como as dos países do Terceiro Mundo, já que todas elas vivem numa espécie de dependência e contradependência do modelo capitalista. Do ponto de vista da economia subjetiva, não há diferença entre essas sociedades, pois elas reproduzem o mesmo tipo de investimento do desejo no campo social.

² Empregamos o termo biopoder designando uma espécie de anatomo-política ligada ao treinamento dos corpos para produzir e um processo de normalização na constituição dos seres vivos, ou seja, um tipo de política (con)formadora da vida e dos sujeitos. Trata-se de biopolítica tematizada como um conjunto de biopoderes locais, isto é, como uma nova tipologia de relações de poder que se aplicam à vida (FOUCAULT, 1997).

³ Situamo-nos numa zona processual dos modos de subjetivação, na qual maneiras de pensar, de sentir e de agir são produzidas por um jogo de forças, de virtuais em curso de atualização (DELEUZE; PARNET, 1998).

⁴Operamos com a ideia de agenciamento de enunciação enquanto campo de experiência que titubeia entre sua projeção em formas sociais e sua exibição num plano de imanência.

⁵O impessoal e o pré-individual dizem respeito a uma dimensão vital que se dá como “puro acontecimento liberado dos acidentes da vida interior e exterior...” (SCHÉRER, 2000, p.21). Refere-se a um movimento de dispersão do sujeito, a uma substituição das individualidades molares, por individualidades moleculares (SCHÉRER, 2000).

⁶Operamos com o virtual enquanto forças em curso de atualização (DELEUZE; PARNET, 1998).

⁷O micro aqui referido não se refere a uma miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, segundo Deleuze (1988). Trata-se de um outro domínio, diz o autor: “...um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não localizáveis” (DELEUZE, 1988, p.82).

⁸Citação da professora Marisa Lopes da Rocha na banca para arguição da tese de doutorado “As dramáticas de usos de si de jovens mães trabalhadoras: cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios”, defendida em Junho de 2005, na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, de Suyanna Linhares Barker.

REFERÊNCIAS

BARKER, S. L. *As dramáticas de usos de si de jovens mães trabalhadoras: cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios*. 2005. Tese (Doutorado)-FIO Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

BARROS, M. B.; FONSECA, T. M. G. Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar. *Psico*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 133-140, jul./dez. 2004.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. A imanência: uma vida. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 12-25, jul./dez. 2002.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FONSECA, T. M. G.; ENGELMAN, S.; GIACOMEL, A. E. A emergência da economia imaterial e as mudanças subjetivas contemporâneas. In: MERLO, A. R. C (Org.). *Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. De outros espaços. [conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales]. 1967. Tradução: Pedro Moura. Disponível em: <http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html>. Acesso em 15 jun. 2005.

FOUCAULT, M.. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FUGANTI, L. A. Saúde, desejo e pensamento. *Saúde loucura 2*. São Paulo: Hucitec, 1990.

GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K. Cooperação. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 2002. v. 1, p. 257-266.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 579-597. Livro 1, v. 1.

MASCARELLO, M.; BARROS, M. E. B. Nos fios de Ariádne: cartografia da relação saúde-trabalho numa escola pública de Vitória-ES. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 104-119, jan./abr. 2007.

MUNIZ, H.; VIDAL, M. C.; VIEIRA, S. Os ingredientes da competência na gestão da assistência em uma enfermagem hospitalar. In: ALVAREZ, D.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 579-597.

SANTOS, E. H. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 7, p. 19-30, jul./dez. 2000.

SCHÉRER, R. Homo Tantum - O Impessoal: uma política. In: ALLIEZ, E. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: 34, 2000. p. 21-38.

SCHWARTZ, Y. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. Toulouse: Octares, 1992.

SCHWARTZ, Y. *De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines?* In: COURTS-SALIES, P. (Org.). *La liberté du travail*. Paris: Syllepse, 1995. p. 99-149.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 4 (65), p. 101-140, out./dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. *Revista Pro-posições*, Campinas, v. 11, n. 2 (32), p. 34-50, jul./dez. 2000.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica, disciplina ergológica: paideia e politeia. *Revista Pro-posições*, Campinas, v.13, n. 1 (37), p. 126-149, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Y. A abordagem ergológica do trabalho e sua contribuição

Tânia Mara Galli da Fonseca; Maria Elizabeth Barros de Barros

para a pesquisa em administração. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2003, Vitória. *Comunicação oral...* Vitória, UFES, 2003.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1988.

WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

Recebido em: abril de 2009

Aceito em: janeiro de 2010